

Sarney encontra na Constituição caminho para a reformulação partidária legítima

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente nacional da Arena, senador José Sarney, disse ontem que "somente através da modificação do artigo 152 da Constituição será possível ao Governo realizar uma reforma partidária legítima, coerente com o espírito da abertura democrática que vem se processando no País."

— Não podemos ignorar que representativos setores da opinião pública, como por exemplo o grupo que está organizando o PTB, não teriam condições de contar com o apoio de 42 deputados e sete senadores, como prevê a Emenda n.º 11. Por isso, é possível que o Governo modifique esta disposição de modo a atender a expressivos grupos da sociedade nacional, embora reduzidos em termos parlamentares.

REFORMA PARTIDÁRIA

O senador José Sarney disse que "o tema reformulação ministerial vem sendo tratado com desinformação e não existe relação alguma entre a reforma partidária e a reforma ministerial." Durante a entrevista que concedeu à imprensa, após ter conversado com o ministro da Justiça, Petrônio Portela, disse Sarney que "a reforma partidária, que o Governo pretende, visa a criar condições de se operar a democracia, para se ultrapassar com estabilidade a fase de transição."

Aproveitando a visita do primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, lembrou que na Espanha "durante a fase de transição que resultou na democracia, cinco partidos se fundiram em um partido de centro, para que o Governo tivesse estabilidade para conduzir o processo de abertura."

— Ora — prosseguiu — não teria sentido que o Brasil, na tentativa de atingir a democracia plena, resolvesse dissolver a força política que lhe dá apoio. Uma decisão tornaria inviável o processo de abertura.

Ao ser indagado sobre a instituição da sublegenda, condenada a permanecer no pluripartidarismo, Sarney respondeu:

— Todo partido tem divergências, e partido de centro, não sendo dogmático nem sectário, pode abrigar tendências diversas. E nosso compromisso é fazer um partido de centro-reformista-democrático, que assegurará o processo de abertura, porque dará estabilidade ao programa do Governo.

Para Sarney, a tese da criação de vários partidos de apoio ao Governo "não teria sentido, pois isso seria escamoteação da própria reforma partidária." No entanto, lembrou que um "partidão" poderia vir a realizar eventuais alianças.

— Não teria sentido — repetiu Sarney — a criação de dois partidos, unidos de Norte a Sul. Por quê não uni-los logo em uma mesma legenda?

OCRONOGRAMA

Alta fonte do Governo disse ontem que, a despeito do desencontro que se verifica no noticiário nacional, o Governo mantém o seu cronograma político: "primeiro a anistia, que espera seja votada pelo Congresso até fins deste mês e sancionada na primeira quinzena de setembro, a partir de quando o problema reformulação partidária ganhará nova dinâmica, com a intensificação dos contatos entre correntes políticas, e a elaboração do projeto da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O senador José Sarney retomará seu programa de viagens aos Estados, no próximo dia 10, quando ouvirá os dirigentes e lideranças estaduais paulistas sobre o melhor caminho para a reforma, segundo informou. Na sua agenda não consta qualquer encontro com emedebistas, mas ele não afasta a possibilidade de um encontro com os oposicionistas, já que "adversários não são inimigos".

Segundo o informante do Governo, "é pacífico o entendimento de que os partidos surgirão do Congresso Nacional, já que a próxima eleição geral somente se realizará dentro de três anos e meio. "A fórmula de cima para baixo, prevista na Constituição" lembrou a fonte.

Quanto a situação econômica brasileira, entende aquela fonte que ela "está a

exigir um tratamento prioritário do Governo, mas isto não levará ao desvio ou a interrupção do desenvolvimento do processo político."

MOMENTO IDEAL

Para o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, "se o Governo for esperar o momento ideal, aquele sem problemas de quaisquer natureza, nunca fará a reformulação partidária, ou outra reforma qualquer, porque o Brasil sempre terá problemas, sejam eles sociais ou econômicos".

— E preciso que tenhamos consciência das dificuldades que a nação atravessa — acrescentou Marchezan. O governo vai considerar o grau de insatisfação popular, diante do problema da reformulação partidária. No entanto, embora as crises dificultem o processo, não chegarão a ser um obstáculo.

Para melhor compreender a situação, serve este exemplo, disse Marchezan: "se preciso fazer uma viagem, e tenho condições financeiras, compro a passagem e viajo. Se não tenho dinheiro, e preciso viajar, de alguma forma o consigo, através de crediário, pode ser, mas atinjo meu objetivo. Portanto os problemas podem dificultar o objetivo principal, mas não me impedir de realizá-lo. É o caso da reformulação partidária. Os problemas econômicos brasileiros poderão dificultá-la, mas não irão impedi-la".

Na opinião de Nelson Marchezan, o desencontro das informações contidas nos noticiários não quer dizer muita coisa, a não ser que o assunto se encontra no mesmo estágio, sem qualquer decisão do Governo, "exceto sua obstinação de se manter maioria no Congresso, embora ainda não se saiba através de que meios".

Este é também o ponto de vista do presidente do Senado, Luiz Viana Filho, para quem "o Governo está no período de consulta, de reflexão, e está basicamente claro que não há definição alguma".

— E isso é natural — concluiu — já que o assunto não tem pressa. Precisa ser pensado, amadurecido, antes de qualquer decisão.